



T1959002N

EDITAL DO PROCESSO DE PROMOÇÃO POR MERECEMENTO

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO - SEAD
DIRETORIA-GERAL DE POLÍCIA PENAL - DGPP

1ª CLASSE

Candidato(a)

Inscrição

--	--

**FRASE: "Confiança e dedicação são o caminho para o sucesso."
(Transcrever para o cartão de resposta)**

INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- ▶ É de responsabilidade exclusiva do candidato a conferência do material recebido no momento da prova, devendo ser verificados o caderno de prova (número de questões e páginas), falhas de impressão e dados pessoais impressos em todos os documentos recebidos.
- ▶ Caso seja verificado algum erro ou defeito de impressão no caderno de prova ou no cartão de respostas o candidato deverá solicitar sua substituição, sendo de sua inteira responsabilidade prejuízos decorrentes da não solicitação da substituição.
- ▶ O candidato deverá informar no cartão de resposta o tipo de prova conforme especificado no caderno de provas, sob pena de eliminação. As respostas às questões objetivas devem ser preenchidas da seguinte maneira: ●
- ▶ O candidato deverá transcrever as respostas da prova para o cartão de respostas, que será o único documento válido para correção, utilizando caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira e/ou borracha durante a realização da prova.
- ▶ O prazo de realização da prova é de **3 horas**.
- ▶ O candidato que se retirar da sala de prova sem a devida autorização e/ou desacompanhado de um fiscal não poderá retornar em hipótese alguma.
- ▶ O candidato deverá permanecer no local de realização da prova por, no mínimo, 1,5 (uma e meia) hora após o início da mesma, sendo que, a partir desse momento e mediante a entrega do cartão de respostas devidamente assinado, poderá deixar o local de provas, sem levar consigo o caderno de provas.
- ▶ Decorridos 2h15min (duas horas e 15 minutos) de realização de prova, ou seja, 45 (quarenta e cinco) minutos antes do encerramento do tempo da prova, o candidato poderá deixar o local levando consigo o caderno de provas.
- ▶ Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar os respectivos cartões de respostas e retirar-se da sala de aplicação da prova simultaneamente.

**Prova
01**

**Não se esqueça de
marcar a o número
acima na folha de
respostas!**

**Fraudar ou tentar fraudar
Processo Seletivo é Crime!
Previsto no Art. 311 - A do
Código Penal**

Boa prova!

Protocolo de Contingenciamento em Cenários de Crise da Polícia Penal de Goiás

1

Num cenário que exige atenção, onde é possível detectar indícios de que haverá algum movimento de sublevação da ordem e da disciplina por parte dos apenados, tais como movimentos com suspensão de atividades e recebimento de alimentação por parte dos presos, o diretor da unidade prisional deverá:

- (A) Iniciar a repressão imediata dos detentos envolvidos.
- (B) Comunicar o fato ao Coordenador Regional.
- (C) Evacuar a área onde foram encontrados os indícios.
- (D) Interromper todas as atividades na unidade e isolar os detentos.

2

O Protocolo de Contingenciamento em Cenários de Crise da Polícia Penal de Goiás foi constituído segundo alguns objetivos, sendo um deles:

- (A) Estabelecer processos e protocolos de atuação conjunta entre forças da Polícia Penal e demais forças de segurança pública de Goiás, na atuação integrada em cenários de crises com maior proporção e abrangência, como rebeliões simultâneas em Estabelecimentos Penais; eventos de resgates em Unidades Prisionais Regionais, Estaduais ou Especiais, entre outros.
- (B) Revisão mensal ou quando do surgimento de uma situação nova que não fora prevista e seja relevante (que comprometa segurança), podendo alterar procedimentos para melhor adequação à realidade nas ações.
- (C) A formação de uma doutrina rígida e imutável.
- (D) Quando possível manter a ordem, disciplina e respeito em todos os estabelecimentos penais de Goiás, e em caso de haver a necessidade de reação em um cenário de crise, mitigar falhas e ampliar as possibilidades de sucesso da missão de garantir segurança pública de forma plena ao povo goiano.

3

Num cenário de crise, até que tenha um policial penal capacitado tecnicamente para figurar como negociador, o servidor que primeiro tenha atendido a ocorrência e iniciado as negociações com os causadores de eventos críticos, deverá:

- (A) Comunicar a imprensa.
- (B) Ausentar-se do local e aguardar apoio.
- (C) Atuar como negociador.
- (D) Solicitar apoio imediato a outras forças de segurança.

4

Qual órgão é responsável pela execução das medidas do Protocolo de Contingenciamento em Cenários de Crise da PPGO?

- (A) Ministério Público.
- (B) Polícia Militar.
- (C) Polícia Penal.
- (D) Corpo de Bombeiros.

5

Durante a organização do cenário, a ação “conter” consiste em:

- (A) Manter a ordem pública, localizando líderes do movimento e iniciando a negociação.
- (B) Garantir a segurança dos detentos por meio de ações de mitigação de danos, prioritariamente ao patrimônio público material.
- (C) Evitar danos ao patrimônio público, convocando todo o efetivo para o local foco, forçando a redução de danos por meio da força armada.
- (D) Evitar que a crise/evento crítico se estenda para outras dependências, impedindo o aumento do raio de ação dos causadores. Em uma unidade prisional, significa evitar que a crise se espalhe de uma ala para todas as demais.

6

No caso de eclosão de um evento crítico/crise, a organização do cenário poderá ser iniciada:

- (A) Pelos primeiros policiais que presenciarem.
- (B) Exclusivamente pelo negociador oficial.
- (C) Necessariamente pelo diretor da unidade.
- (D) Pelo comando tático, para manter maior celeridade.

7

A existência de perpetradores externos causadores de grave crise, tendo em seu poder material bélico e/ou artefatos explosivos, constitui um risco de:

- (A) 1º Grau.
- (B) 2º Grau.
- (C) 3º Grau.
- (D) 4º Grau.

8

Um cenário de crise é uma situação ou evento inesperado que provoca uma interrupção significativa nas operações normais de uma organização ou comunidade, exigindo uma resposta rápida e coordenada. De acordo com o protocolo, na área amarela poderá permanecer:

- (A) A imprensa.
- (B) Policiais Penais que não estejam diretamente ligados à ação.
- (C) Grupo de negociadores.
- (D) Curiosos.

9

Durante uma crise de 1º Grau, será responsável pelo nível de resposta de forma definitiva:

- (A) O diretor da unidade prisional ou Coordenador Regional.
- (B) A equipe de negociadores.
- (C) O Secretário de Segurança Pública.
- (D) O governador.

10

Quanto ao grau de risco da crise ou evento crítico, o objetivo da classificação é o melhor emprego dos recursos com máxima eficiência. Essa classificação destaca quatro níveis, sendo o de 3º grau:

- (A) Uma crise de baixa intensidade, como uma briga entre detentos.
- (B) Subversão da ordem de forma generalizada com refém ou vítima, tendo ou não presença de arma de fogo.
- (C) Uma revolta que afeta administrativamente toda a unidade prisional.
- (D) Um incidente isolado, sem repercussão externa.

11

A organização do cenário poderá ser iniciada pelos primeiros policiais que presenciarem a eclosão do evento crítico/crise, pois quanto mais célere for a delimitação do perímetro, mais eficaz será o controle da situação. E consiste em três ações distintas:

- (A) Preparar, negociar e solicitar apoio.
- (B) Reforçar, isolar e aguardar.
- (C) Conter, isolar e estabelecer contato/negociar.
- (D) Retirar, liberar e avisar imprensa.

12

Dentre as alternativas táticas delineadas no Protocolo de Contingenciamento em Cenários de Crise, está a negociação. Segundo Monteiro (1994), a negociação é quase tudo no gerenciamento de crises: “gerenciar crises é negociar, negociar e negociar. E quando ocorre de se esgotarem todas as chances de negociações, deve-se ainda tentar negociar mais um pouquinho...”. São tipos de negociação:

- (A) Real e tática.
- (B) Teórica e prática.
- (C) Técnica e empírica.
- (D) De comprometimento e não letal.

13

Ao enfrentar uma crise onde se inicia um processo de negociação, é considerada reivindicação inegociável:

- (A) Fornecimento de água.
- (B) Substituição de refém.
- (C) Liberação de refém.
- (D) Manutenção da direção.

14

Para uma ação funcional, torna-se fundamental a definição de atribuições gerais dos envolvidos no evento de crise em estabelecimentos penais. Nesse sentido, é uma atribuição do “chefe de equipe”:

- (A) Acompanhar os eventos no teatro de operações, e realizar gestões no fornecimento de recursos humanos, materiais e logísticos necessários, para o desenvolvimento das ações de gerenciamento de crises.
- (B) Considerar a necessidade de manter ou desocupar os postos fixos.
- (C) Coletar e registrar a relação de presos envolvidos e servidores que testemunharam o sinistro.
- (D) Assessorar diretamente o Gerente da Operação.

15

A classificação dos cenários das Unidades Prisionais, de acordo com o grau de tensão ou instabilidade, visa fornecer subsídios para atuação adequada nos mais diversos momentos pelos quais possa passar uma Unidade Prisional. Acerca da classificação adotada no Protocolo, é utilizada uma classificação por:

- (A) Cores.
- (B) Níveis numéricos.
- (C) Autoridades.
- (D) Graus.

16

Um grupo tático é uma equipe especializada treinada para lidar com situações de alta complexidade e risco, geralmente em contextos de segurança e operações de emergência. Esses grupos são compostos por membros com habilidades específicas e equipamentos adequados para enfrentar desafios que vão além das capacidades das unidades convencionais. De acordo com o protocolo, são considerados recursos táticos da Polícia Penal:

- (A) BOPE, GOPE e GCM.
- (B) GCM, GIT e GOPE.
- (C) GOPE, GTAE e GIT.
- (D) GT3, BOPE e GOPE.

17

Uma crise deve ser gerida a partir de elementos para seu devido gerenciamento. Considerando o organograma de tais elementos, o “posto de comando operacional” está:

- (A) Abaixo do grupo de negociação e acima dos grupos táticos.
- (B) Acima dos grupos de apoio e abaixo do conselho deliberativo da operação.
- (C) No mesmo nível dos grupos de negociação e abaixo do conselho deliberativo da operação.
- (D) Abaixo da equipe de inteligência e acima dos grupos táticos.

18

Recursos táticos são ferramentas, equipamentos e técnicas utilizados por equipes especializadas para realizar operações complexas e enfrentar situações de alto risco. Esses recursos são projetados para maximizar a eficácia e a segurança durante missões que exigem habilidades e equipamentos específicos. De acordo com o “protocolo”, são alternativas táticas:

- (A) Um tiro de comprometimento e a substituição controlada de refém.
- (B) O emprego de técnicas letais e a negociação.
- (C) A negociação e a invasão tática.
- (D) Uso de gás de pimenta e a substituição controlada de direção.

19

Operação de rescaldo é uma fase de um processo de resposta a incidentes que ocorre após a resolução inicial da crise ou incidente principal. Com a resolução da crise, o Gerente autorizará a Operação Rescaldo onde os grupos táticos providenciarão:

- (A) A condução, quando necessário, dos presos autores de delitos à autoridade policial competente, para providências de praxe.
- (B) Identificados os líderes, estes serão isolados e removidos ou transferidos para outras Unidades, se necessário, após autorizações superiores.
- (C) Fazer as comunicações de praxe para as autoridades e órgãos ligados à execução penal.
- (D) Verificação das grades, pisos, lajes e vistoria de portas, portões e janelas, com a utilização da equipe de revista.

20

Para melhor compreensão do Plano de Contingência, é importante o conhecimento de conceitos relativos ao Gerenciamento de Crise e negociação em Ambientes Prisionais. Neste sentido, um incidente crítico é considerado:

- (A) Um evento de insurreição de presos objetivando a perturbação da ordem ou da disciplina no estabelecimento penal. Geralmente restringe-se a um número determinado de presos.
- (B) Um evento de oposição violenta dos apenados contra a autoridade constituída no estabelecimento penal. Geralmente armada e com quase todo ou todo o envolvimento da massa carcerária.
- (C) Um evento ou uma série de eventos que culmina no rompimento do equilíbrio e da normalidade, podendo gerar consequências graves à instituição, que ganha proporções midiáticas, demandando medidas mais complexas para restabelecer a ordem.
- (D) Um evento que rompe o equilíbrio e a normalidade no estabelecimento penal, podendo desencadear ameaças à segurança de pessoas /ou da instituição.

Gestão de Riscos: Introdução à Gestão de Riscos; Identificação de Riscos; Análise e Avaliação de Riscos

21

Apoia a integração da gestão de riscos em atividades significativas e funções. Tem como eixo central a liderança e o comprometimento. São seus elos componentes: integração, concepção, implementação, avaliação e melhoria. Estamos nos referindo a:

- (A) Princípios da gestão de riscos, segundo a ISO 31000:2018.
- (B) Estrutura da gestão de riscos, segundo a ISO 31000:2018.
- (C) Processo da gestão de riscos, segundo a ISO 31000:2018.
- (D) Nenhuma das alternativas.

22

Considere o seguinte objetivo estratégico: “Desburocratizar processos internos”. Assinale a seguir a alternativa que caracteriza ADEQUADAMENTE um risco identificado a partir deste objetivo:

- (A) Falta de ferramenta tecnológica para auxiliar a gestão.
- (B) Rejeição à mudança por parte dos servidores.
- (C) Insuficiência de recursos humanos.
- (D) Ausência de manual.

23

São eixos do Programa de Compliance Público do Estado de Goiás:

- (A) Estruturação das regras e dos instrumentos referentes aos padrões de desvio de conduta; fomento à transparência; responsabilização e gestão de riscos.
- (B) Padrões morais essenciais; fomento à transparência; responsabilização e gestão de riscos.
- (C) Estruturação das regras e dos instrumentos referentes aos padrões de ética e de conduta; fomento à transparência; responsabilização e gestão de riscos.
- (D) Estruturação das regras e dos instrumentos referentes aos padrões de ética e de conduta; fomento à transparência; desburocratização e gestão de riscos.

24**Sobre a conceituação de risco, assinale a alternativa CORRETA:**

- (A) Risco é o efeito da incerteza nos objetivos.
- (B) Risco é uma oportunidade ou ameaça aos objetivos da organização.
- (C) Risco é a possibilidade de ocorrência de um evento que venha a ter impacto no cumprimento dos objetivos.
- (D) Todas as alternativas estão corretas.

25**Em relação à identificação de riscos, assinale a alternativa INCORRETA:**

- (A) É recomendável relacionar os riscos identificados aos objetivos estratégicos da instituição.
- (B) Descrever as atividades da área ou etapas do projeto ajudam na identificação de riscos.
- (C) É obrigatório que somente pessoas que gerenciem a área, projeto ou processo a ser mapeado participem da identificação de riscos.
- (D) Recomenda-se, na identificação de riscos, trabalhar com a melhor informação disponível.

26**Assinale a alternativa CORRETA:**

- (A) Um evento de risco pode ter múltiplas causas e consequências.
- (B) A instituição deve usar uma única técnica para identificar riscos.
- (C) O propósito da análise de riscos é eliminar o risco e suas fontes.
- (D) Não convém que a análise de riscos considere fatores como a intensidade das consequências.

27**Na identificação de riscos, é CORRETO afirmar:**

- (A) Risco pode ser entendido como um evento futuro e certo que seguramente vai afetar os objetivos.
- (B) A causa resulta no impacto que o risco em questão traria ao processo e/ou à organização.
- (C) O propósito da identificação é encontrar, reconhecer e descrever riscos que possam ajudar ou impedir que uma organização alcance seus objetivos.
- (D) Informações impertinentes e atualizadas são importantes na identificação de riscos.

28**Assinale a alternativa que corresponde à técnica recomendável para identificação de riscos:**

- (A) Bow tie.
- (B) Brainstorming.
- (C) Análise SWOT.
- (D) Todas as alternativas estão corretas.

29**São partes integrantes do processo de gestão de riscos, segundo a concepção da ISO 31000:2018:**

- (A) Identificação de riscos – Análise de riscos – Integração de riscos – Tratamento de riscos.
- (B) Ilustração de riscos – Análise de riscos – Avaliação de riscos – Tratamento de riscos.
- (C) Identificação de riscos – Análise de riscos – Avaliação de riscos – Tratamento de riscos.
- (D) Identificação de riscos – Análise de riscos – Avaliação de riscos – Eliminação de riscos.

30**Assinale a opção que NÃO representa um dos elementos do processo de gestão de riscos, segundo a concepção da ISO 31000:2018:**

- (A) Criação e proteção de valor.
- (B) Comunicação e consulta.
- (C) Registro e relato.
- (D) Tratamento de riscos.

31**A política de Gestão de Riscos da Diretoria-Geral de Polícia Penal de Goiás estabelece que a gestão de riscos deve seguir determinados princípios, visando a criação e a proteção de valor. Dentre os princípios listados a seguir, assinale o que NÃO está incluso na referida portaria (que se orientou nos princípios definidos pela ISO 31000:2018):**

- (A) Ser parte integrante de todas as atividades organizacionais.
- (B) Ser exclusiva.
- (C) Ser baseada nas melhores informações disponíveis.
- (D) Ser estruturada e abrangente.

32

Sobre o gerenciamento de riscos, podemos afirmar:

- (A) É iterativo e auxilia as organizações no estabelecimento de estratégias, no alcance de objetivos e na tomada de decisões fundamentadas.
- (B) Considera os contextos interno e externo da organização, inclui o comportamento humano e fatores culturais.
- (C) É parte da governança e da liderança e contribui para a melhoria dos sistemas de gestão.
- (D) Todas as alternativas estão corretas.

33

Na análise de riscos serão considerados fatores relacionados à magnitude das consequências. Assinale a opção que corresponde aos critérios para classificação das consequências, na metodologia adotada pelo Programa de Compliance Público do Estado de Goiás.

- (A) Desprezível – menor – moderada – maior – catastrófica.
- (B) Desprezível – menor – moderada – maior – irreversível.
- (C) Mínima – menor – moderada – maior – catastrófica.
- (D) Mínima – menor – intermediária – maior – catastrófica.

34

Em relação à avaliação de riscos é INCORRETO afirmar:

- (A) Nessa etapa, será avaliada a necessidade de novos controles.
- (B) Na avaliação de riscos, será iniciada a identificação dos riscos estratégicos.
- (C) Nessa etapa, será avaliado o nível de confiança nos controles existentes.
- (D) O propósito da avaliação de riscos é apoiar decisões.

35

Assinale a alternativa que representa a forma de se estabelecer o nível do risco conforme a metodologia adotada pelo Programa de Compliance Público do Estado de Goiás.

- (A) O nível de risco será calculado por meio da sua materialização.
- (B) O nível de risco será calculado pela quantidade de causas e consequências identificadas.
- (C) O nível de risco será calculado avaliando-se o número de ações de controle implementadas.
- (D) O nível de risco será calculado por meio da consideração da probabilidade e do impacto. NR = probabilidade x impacto.

Noções Gerais do Estatuto do Servidor

36

Sobre a Licença Capacitação de que trata o art. 162 da Lei 20.756/2020 e regulamentada pela Decreto 9.738/2020, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Para ter direito à licença de capacitação de 90 dias, o servidor precisa participar de capacitação acima de 180 horas.
- (B) Os períodos de licença capacitação só são acumuláveis até o limite de 2 (duas) licenças.
- (C) Se o servidor não usufruir a licença capacitação quando ainda está em atividade, lhe é assegurada por lei a respectiva conversão em pecúnia.
- (D) É devida para efetivos, comissionados e contratados temporariamente nos termos da Lei 20.918/2020.

37

Sobre as regras das Férias previstas na Lei 20.756/2020, marque a alternativa INCORRETA:

- (A) Para o primeiro período aquisitivo de férias, serão exigidos 12 (doze) meses de exercício, computado o tempo de serviço prestado anteriormente à administração estadual direta, autárquica e fundacional, desde que entre os períodos não haja interrupção de exercício por prazo superior a 30 (trinta) dias.
- (B) As férias podem ser parceladas em até 3 (três) períodos, desde que nenhum seja inferior a 5 (cinco) dias.
- (C) As férias somente poderão ser acumuladas até o máximo de 2 (dois) períodos, no caso de necessidade do serviço, sob pena de serem concedidas de ofício, ressalvadas as hipóteses previstas em legislação específica.
- (D) As faltas injustificadas são deduzidas do respectivo período de gozo das férias.

38

Sobre a Jornada de Trabalho do servidor civil do Poder Executivo estadual, levando-se em consideração as regras gerais previstas no Estatuto (Lei 20.756/2020), marque a alternativa CORRETA:

- (A) Salvo disposição legal em contrário, o servidor cumprirá jornada de trabalho de, no máximo, 8 (oito) horas diárias, 44 (quarenta e quatro) horas semanais e 210 (duzentas e dez) horas mensais, assegurado descanso semanal remunerado mínimo de vinte e quatro horas consecutivas.
- (B) Os servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão ou designados para função comissionada estão sujeitos, qualquer que seja seu cargo ou emprego de origem, à jornada de 8 (oito) horas diárias de trabalho, regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocados sempre que houver interesse da Administração, excetuando-se os casos em que a redução de jornada prevista no § 3º do art. 74 se aplica.
- (C) O servidor que percebe remuneração inferior a 2 (dois) salários-mínimos, tem sua jornada de trabalho reduzida para 6 (seis) horas diárias, a ser prestada, preferencialmente, das 12 (doze) às 18 (dezoito) horas.
- (D) O tempo de trabalho em efetiva atividade de teleatendimento, telefonista ou telemarketing é de, no máximo, 4 (quatro) horas diárias, com 2 (dois) intervalos de 10 (dez) minutos após os primeiros e antes dos últimos 60 (sessenta) minutos de trabalho.

39

Sobre os benefícios previstos na Lei 20.756/2020, marque a alternativa CORRETA:

- (A) O auxílio alimentação é devido, mensalmente, a todos os servidores, independentemente do valor de sua remuneração ou subsídio.
- (B) Será pago auxílio-funeral à família do servidor civil ou militar que falecer, ainda que aposentado ou em disponibilidade, em valor correspondente a 3 (três) vezes o menor vencimento de cargo de provimento efetivo dos Quadros estaduais com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.
- (C) A assistência pré-escolar no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) é devida a todos os servidores civis ou militares que possua dependente em idade escolar.
- (D) O adicional noturno de 20% (vinte por cento) é devido aos servidores não remunerados por subsídio que prestam serviço noturno, compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte.

40**Sobre as licenças previstas no Estatuto dos Servidores Cíveis (Lei 20.756/2020), assinale a alternativa INCORRETA:**

- (A) A licença para tratamento de saúde será concedida de ofício ou a pedido do servidor, com base em perícia médica oficial, por período não excedente a 24 (vinte e quatro) meses.
- (B) A licença-paternidade é de 20 (vinte) dias com a remuneração ou o subsídio do cargo, em razão de nascimento de filho, adoção conjunta ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção conjunta de criança ou adolescente, mediante apresentação de documento oficial comprobatório do nascimento ou termo oficial de adoção ou guarda.
- (C) Após a edição da Lei 20.756/2020, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Goiás, não é mais devida a licença por motivo de doença em pessoa da família.
- (D) Ao servidor exclusivamente ocupante de cargo de provimento em comissão poderão ser concedidas as seguintes licenças: para tratamento de saúde, por motivo de doença em pessoa da família, maternidade e paternidade.

41**Sobre o pagamento do Adicional Noturno de que trata o art. 125 da Lei 20.756/2020, assinale a alternativa CORRETA:**

- (A) O adicional noturno poderá ser pago para todos os servidores, inclusive para aqueles remunerados por subsídio.
- (B) É considerado serviço noturno, aquele prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte.
- (C) O serviço noturno terá o valor-hora acrescido de 15% (quinze por cento), computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.
- (D) Em se tratando de serviço extraordinário, não será devido acréscimo sobre o valor-hora do serviço noturno.

42**Sobre a licença para tratar de interesses particulares de que trata o art. 163 da Lei 20.756/2020, assinale a alternativa CORRETA:**

- (A) Sendo requerida, a Administração é obrigada a conceder ao servidor estável a licença para tratar de interesses particulares pelo prazo de 3 (três) anos consecutivos.
- (B) A licença poderá ser interrompida a pedido do servidor a qualquer tempo.
- (C) Na hipótese de interrupção da licença a pedido do servidor, a administração definirá a sua data de efetivo exercício, a qual ocorrerá até 30 (trinta) dias da data do pedido de retorno.
- (D) A licença para tratar de interesses particulares pode ser concedida para servidores efetivos durante o estágio probatório.

43**Sobre a Licença-Maternidade de que trata o art. 147 da Lei 20.756/2020, assinale a alternativa INCORRETA:**

- (A) Para fins de concessão da licença-maternidade, o período da gestação é computado em semanas.
- (B) A licença-maternidade, não remunerada, é concedida por 180 (cento e oitenta) dias, à servidora gestante e àquela que adotar ou obtiver a guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente.
- (C) Salvo prescrição médica em contrário, caso em que poderá ser antecipada em até 28 (vinte e oito) dias do parto, a licença será concedida a partir da 36ª (trigésima sexta) semana gestacional, por prescrição médica.
- (D) No caso de aborto ocorrido entre a 1ª (primeira) e a 20ª (vigésima) semana gestacional atestado pela Junta Médica do Estado, a servidora terá direito a 30 (trinta) dias de licença-maternidade.

44

Sobre a movimentação de pessoal, considerando as regras dispostas na Lei 20.756/2020, marque a alternativa INCORRETA:

- (A) Existem 3 (três) tipos de movimentação previstas no Estatuto: Remoção, Disposição e Cessão.
- (B) Remoção é a alteração da lotação do servidor dentro do mesmo órgão, ocorrendo por exemplo, quando servidor é transferido da Gerência "A" para a Gerência "B".
- (C) Disposição é a alteração temporária da lotação do servidor para outro Poder, município, estado ou para a União.
- (D) Cessão é a transferência temporária para outro Poder, município, estado ou para a União.

45

Sobre as regras de pagamento do décimo-terceiro previstas no art. 118 da Lei 20.756/2020, marque a alternativa CORRETA:

- (A) O décimo-terceiro salário será pago ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, no mês de seu aniversário, na forma de adiantamento, com a observância das normas federais previdenciárias e tributárias aplicáveis à espécie e na forma do regulamento.
- (B) O décimo terceiro salário será integral se o beneficiário houver ingressado até o dia 15 do mês de janeiro do ano a que se refere o benefício e, se não for implementada essa condição, será proporcional, com o desconto de 1/11 (um onze avos) a cada mês do período sem vínculo com o Estado.
- (C) O décimo-terceiro salário é extensivo aos servidores inativos e aos pensionistas, contudo o seu pagamento ocorre somente no mês de dezembro de cada exercício.
- (D) O décimo-terceiro salário é considerado no cálculo do adicional de férias, caso este seja pago no mês de aniversário do servidor.

46

Sobre Assistência pré-escolar de que trata o art. 111 da Lei 20.756/2020, marque a alternativa INCORRETA:

- (A) Na hipótese de ambos os genitores serem servidores estaduais, o benefício será pago ao que percebe menor remuneração.
- (B) O pagamento será suspenso quando o servidor estiver em gozo de qualquer licença ou afastamento não remunerado.
- (C) É concedida ao servidor que tenha dependente na faixa etária de 6 meses a 5 anos de idade ou pessoa com deficiência, e possua remuneração ou subsídio no valor de até R\$ 5. 500,00 (cinco mil e quinhentos reais).
- (D) No caso de dependente que seja pessoa com deficiência, não será considerada a idade cronológica, desde que seu desenvolvimento biológico, psicossocial e motor corresponda à idade mental relativa à faixa etária de 6 meses a 5 anos de idade, com a devida comprovação pela Junta Médica Oficial do Estado.

47

Sobre as regras transitórias de acumulação de férias previstas no art. 294 da Lei 20.756/2020, marque a alternativa INCORRETA:

- (A) A concessão de ofício das férias do servidor que acumular mais de 2 (dois) períodos, no caso de necessidade do serviço, será realizada após 72 (setenta e dois) meses da vigência da Lei 20.756/2020.
- (B) Durante o prazo transitório estipulado no caput do artigo 294 da Lei 20.756/2020, o servidor deverá usufruir dos períodos de férias já acumulados, bem como daqueles que vierem a ser adquiridos ao longo do referido lapso.
- (C) A partir do término do prazo transitório estabelecido no caput do artigo 294 da Lei 20.756/2020, não poderão ser acumulados mais que 2 (dois) períodos aquisitivos.
- (D) A não concessão das férias de ofício pelo titular do órgão ou da entidade, nos prazos estabelecidos, implica a responsabilização desse agente, considerada a possibilidade de o acúmulo indevido de férias gerar obrigações de pagamentos de indenizações pelo Poder Público.

48

Sobre a redução de carga horária prevista no art. 76 da Lei 20.756/2020, marque a alternativa INCORRETA:

- (A) É facultado ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo ter sua carga horária reduzida em em $\frac{1}{4}$ (um quarto) com redução de sua remuneração ou subsídio na mesma proporção.
- (B) A nova remuneração não poderá ser inferior ao valor do salário mínimo.
- (C) O período requerido precisa ser entre 6 (seis) e 18 (dezoito) meses, podendo ser prorrogado;
- (D) A redução da carga horária é devida a servidores estáveis, ou seja, efetivos e empregados públicos.

49

Sobre as regras de controle de frequência previstas no Estatuto (Lei 20.756/2020), marque a alternativa INCORRETA:

- (A) Salvo nos casos previstos em lei e regulamento, é vedado dispensar o servidor do registro do ponto e abonar faltas ao serviço.
- (B) Excetuados os ocupantes de cargos em comissão de direção, chefia e assessoramento superior da estrutura básica, todos os servidores estão sujeitos à prova de pontualidade e frequência mediante o sistema de marcação de ponto.
- (C) A frequência do servidor da administração direta, autárquica e fundacional será apurada por meio do sistema de ponto eletrônico em que serão registradas, diariamente e a cada turno, a entrada e a saída do servidor em seu local de trabalho, salvo as hipóteses previstas em regulamento.
- (D) Devido à natureza das atividades desempenhadas, todos os servidores de provimento em comissão estão dispensados da prova de pontualidade e frequência mediante o sistema de marcação de ponto, cabendo apenas o atesto da chefia imediata.

50

Sobre as regras para o pagamento de indenização de Férias para ocupantes de cargos comissionados, conforme previstas no § 5º e seguintes do art. 128 da Lei 20.756/2020, marque a alternativa CORRETA:

- (A) A indenização poderá ser de período integral ou proporcional das férias e terá como base a remuneração devida ao servidor no mês de ocorrência do efetivo pagamento.
- (B) O pagamento da indenização é somente do excedente a 2 (dois) períodos aquisitivos e é devido somente aos ocupantes de cargos de provimento em comissão integrantes das estruturas básica e complementar que, por necessidade do serviço, não tiverem condições de usufruir as férias e desde que autorizado pelo titular do órgão de lotação.
- (C) A indenização é devida a qualquer servidor ocupante de cargos de provimento em comissão, inclusive os não integrantes de estrutura básica ou complementar, desde que seja excedente a 2 (dois) períodos aquisitivos.
- (D) No caso de titular de órgão ou entidade, a autorização para o pagamento da indenização compete ao Secretário-Chefe da Secretaria-Geral de Governo.

